

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 20 de novembro de 2020 às 08h39
Seleção de Notícias

Correio Braziliense | BR

Marco regulatório | INPI

Produtos que são a cara do Brasil	3
--	----------

CARLOS MELLÉS

G1 - Globo | BR

19 de novembro de 2020 | Patentes

Países emergentes pressionam a OMC para suspender patentes de vacinas e remédios para a Covid	5
--	----------

19 de novembro de 2020 | Propriedade Intelectual

Os caminhos da inovação aberta nas indústrias paranaenses	7
--	----------

O Globo Online | BR

19 de novembro de 2020 | Direitos Autorais

Google assina acordo de direitos autorais com seis jornais franceses	9
---	----------

ECONOMIA | AGÊNCIAS INTERNACIONAIS | O GLOBO

UOL Notícias | BR

19 de novembro de 2020 | Patentes

Na pandemia, 99 países defendem fim de patente para vacina; Brasil é contra	10
--	-----------

JAMIL CHADE | COLUNAS

Produtos que são a cara do Brasil



Carlos Melles
Presidente do Sebrae

Você sabe o que têm em comum os derivados de jabuticaba de Sabará, em Minas Gerais, o mel de Ortigueira, no Paraná, a renda renascença do Cariri paraibano, as panelas de barro de Goiabeiras, no Espírito Santo, o guaraná de Maués, no Amazonas, e as opalas preciosas de Pedro II, no Piauí? São todos territórios vinculados a produtos típicos que receberam o registro de **Indicação Geográfica (IG)**. Uma certidão que comprova a origem de produtos, à qual estão associados atributos de qualidade e características específicas, reconhecidas e apreciadas pelos consumidores. Estamos falando de produtos tipicamente brasileiros, com a cara desse país.

Para os produtores, que, em sua maioria, são donos de pequenos negócios, a IG valoriza sua região e sua mercadoria e confere maior acesso a novos mercados para comercialização. Já os municípios e seu entorno podem se beneficiar com a atração de turistas, que incluem a compra desses produtos como parte da experiência da viagem e, na volta, levam presentes. Atualmente, temos cerca de mil municípios e de 50 mil pequenos negócios ligados às **Indicações Geográficas**

gráficas brasileiras.

Usado no mundo todo, o conceito da IG apresenta como exemplo mais conhecido a classificação de vinhos por região, como no caso da França. O Brasil dispõe de 72 IG registradas, ligadas, em sua maioria, ao agronegócio, muito diferentes entre si e localizadas principalmente no Sul e Sudeste, onde estão cerca de 60% delas.

Entre as **Indicações Geográficas** brasileiras estão vinhos, espumantes, cachaças, cafés, queijos, frutas, frutos do mar, linguças, farinhas e guloseimas. Mas nem só de comida vivem as IG. Elas também existem no artesanato, nas rendas, nos bordados, nas peças em estanho e nos têxteis de algodão naturalmente coloridos da Paraíba. Do reino mineral, compõem o mármore de Cachoeiro de Itapemirim (ES) e as pedras Carijó, Cinza e Madeira (RJ).

No Brasil, o reconhecimento de uma IG é obtido por meio de registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**). Há dois tipos: a Indicação de Procedência e a **Denominação** de Origem, que guardam diferenças técnicas entre si, mas em termos de direitos de propriedade industrial são equivalentes, uma vez que não existe hierarquia ou ordem de importância entre elas.

A IG constitui um ativo de **propriedade** industrial estratégico na proteção e na promoção de nomes geográficos, com nítida agregação de valor aos produtos e serviços da região. Vai da tradição dos calçados de Franca (SP) à inovação de ponta, com os serviços de tecnologia da informação do Porto Digital (PE). Ou de domínios tão díspares como os peixes ornamentais do Rio Negro (AM) e o mel de abelha de Ortigueira (PR) e do Pantanal (MS/MT).

Em 2019, por meio de uma parceria entre o governo federal, os ministérios da Economia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Delegação da União Europeia, o **Inpi** e o Sebrae, foi elaborado um guia com-

Continuação: Produtos que são a cara do Brasil

pleto sobre o tema, com informações e orientações técnicas para que mais municípios e regiões se agreguem a esse segmento.

Agora, o Sebrae está realizando um levantamento de mais de 100 localidades em todo o país, vinculadas a produtos/serviços, com potencial para conquistar o reconhecimento oficial como **Indicação** Geográfica, como o tambaqui do Vale do Jamari, em Rondônia. Outro exemplo é o ginseng brasileiro, em Querência do Norte, no Paraná, planta utilizada na fabricação de medicamentos.

Para esses casos potenciais, o diagnóstico analisa critérios como reputação do território na sociedade, senso de pertencimento, características e qualidade do produto vinculadas ao meio geográfico e o saber-fazer local. O apoio do Sebrae na estruturação da

potencial IG se dá a partir da ótica do envolvimento das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais. Levantamos estudos e informações disponíveis, conversamos com produtores e parceiros, analisamos a governança local e verificamos a aderência com a estratégia e a visão de futuro dos produtores.

Com as **Indicações** Geográficas, há um efeito muito positivo e incontestável para a economia local, mediante geração de trabalho, emprego e renda. Nesse momento em que a população brasileira define os próximos gestores municipais e as suas câmaras de vereadores, a expectativa é de que esse tema encontre o acolhimento e o destaque necessários na implementação das políticas públicas.

Países emergentes pressionam a OMC para suspender patentes de vacinas e remédios para a Covid

1 de 3Foto tirada no dia 17 de novembro mostra seringa e frasco com etiqueta vacina Covid-19 escrita em inglês. - Foto: Joel Saget/AFP

Foto tirada no dia 17 de novembro mostra seringa e frasco com etiqueta vacina Covid-19 escrita em inglês. - Foto: Joel Saget/AFP

Um grupo de países em desenvolvimento, liderado pela África do Sul e Índia, deve pressionar a Organização Mundial do Comércio (OMC) nesta sexta-feira (20) para autorizar uma suspensão das patentes de vacinas e medicamentos contra a Covid-19.

A proposta - apresentada pela primeira vez ao Conselho de **Propriedade** Intelectual da entidade no fim de outubro - é questionada por países desenvolvidos porque, segundo eles, a medida impediria o desenvolvimento de novas tecnologias e inovação na área da saúde.

O porta-voz da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tarik Jasarevic, disse ao G1 que a agência de Saúde das Nações Unidas apoia "qualquer tipo de ação" tomada pelos países para reduzir as barreiras no acesso às vacinas.

"A OMS apoia que países explorem diferentes ferramentas para reduzir potenciais barreiras para o acesso a medicamentos e vacinas, incluindo as patentes", disse Jasarevic.

2 de 3Uma candidata à vacina contra o coronavírus da Sinovac Biotech é vista em seu estande durante a Feira Internacional de Comércio de Serviços da China (CIFTIS) em Pequim, no sábado (5) - Foto: Tingshu Wang/Reuters

Uma candidata à vacina contra o coronavírus da Sinovac Biotech é vista em seu estande durante a Feira Internacional de Comércio de Serviços da China (CIFTIS) em Pequim, no sábado (5) - Foto: Tingshu Wang/Reuters

Impacto em países pobres

Representantes da África do Sul já disseram estar dispostos a tentar avançar com a aprovação do assunto, ainda que não seja unanimidade entre os membros da OMC. Normalmente, as decisões tomadas pelo conselho são feitas sob consenso.

Os países em desenvolvimento alegam que, caso não haja uma suspensão dos direitos de propriedade intelectual nestes produtos médicos, países mais pobres serão impactados de forma desproporcional e podem encontrar dificuldades no abastecimento.

3 de 3Estudiosos tentam desenvolver vacina contra coronavírus. - Foto: CDC/Unsplash

Estudiosos tentam desenvolver vacina contra coronavírus. - Foto: CDC/Unsplash

O G1 entrou em contato com o Itamaraty e perguntou se o Brasil pretende apoiar a proposta do grupo ou se vai se alinhar aos Estados Unidos e países da União Europeia, contrários à suspensão. Até a última atualização desta reportagem, não houve resposta.

O Brasil já chegou a criticar, anteriormente, o tratado internacional sobre patentes de medicamentos. Isso para derrubar o controle de poucos laboratórios no tratamento da Aids e garantir maior acesso aos remédios para os pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Continuação: Países emergentes pressionam a OMC para suspender patentes de vacinas e remédios para a Covid

Patentes já registradas

A China foi o primeiro país a conceder a **patente** para uma potencial vacina contra o coronavírus. Ainda que não haja nenhuma imunização aprovada em todo o mundo, a farmacêutica CanSino já tem o registro de sua vacina desde 11 de agosto.

Isso significa que a CanSino tem a propriedade sobre a vacina e o direito de vender as doses. De acordo com o resumo da patente, a vacina apresenta boa imunização em testes com camundongos e pode ser produzida rapidamente em grande escala.

Atualmente, há 212 estudos de vacinas em andamento no mundo todo. Pelo menos 48 deles já em fase de testes em humanos, segundo a OMS. Ao menos 11 estudos já estão bastante avançados, na terceira e última fase de testes antes de uma aprovação.

China, Estados Unidos, Reino Unido, Rússia e Índia lideram entre os países com mais ensaios em fase final.

VÍDEOS mais vistos da semana

20 vídeos VACINA CONTRA A COVID-19

O desafio das candidatas a vacina na luta contra o fracasso

Podcast: quanto falta para a vacina da Covid-19?

Veja os tipos de vacina em desenvolvimento

Butantan faz parceria com chinesa Sinovac para teste e produção da vacina

Putin anuncia que Rússia é o 1º país a registrar vacina contra o novo coronavírus

CoronaVac: candidata chinesa tem bons resultados na fase 2

Últimas notícias sobre vacinas

Os caminhos da inovação aberta nas indústrias paranaenses

Das 12.700 startups brasileiras, 1.032 ficam no Paraná, o equivalente a 8,5% do total. Os números são da Associação Brasileira de Startups. O grande potencial de negócios emergentes no Brasil ainda enfrenta alguns desafios. Menos de 2% do PIB brasileiro é investido em inovação, deixando o país na 62ª posição no ranking global. O Sistema Fiep tem contribuído para mudar esse cenário, facilitando a aproximação entre indústrias e startups. Um dos caminhos são os editais de inovação aberta, em que empresas âncoras lançam desafios para o ecossistema de inovação. "Em vez de fazer um projeto de inovação sozinha, utilizando recursos e equipes próprias, a empresa âncora se conecta com startups e com institutos de ciência e tecnologia. Ela abre os desafios, acessa os recursos e recebe projetos para solucionar suas demandas", explica Rafael Trevisan, gerente de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Sistema Fiep.

Até o ano passado, pelo menos três âncoras abriram editais em parceria com os Institutos Senai de Inovação (ISI): o Grupo Volvo, a Bosch Brasil e a Klabin, com investimentos que ultrapassam um milhão de reais. Nos projetos de inovação aberta, tanto indústrias quanto startups encontram recursos financeiros e técnicos para inserir a inovação nos negócios. "Na Plataforma Edital de Inovação da Indústria do Senai, a cada real investido pela indústria em chamadas de inovação aberta, o Senai coloca mais um real. É uma grande possibilidade de alavancar projetos", completa Rafael.

Inovação e competitividade

Os investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação são essenciais para o crescimento econômico de um país. Sem movimentar o ecossistema, a dependência de tecnologias importadas tende a encarecer os custos de toda a cadeia produtiva. A cada três anos, o IBGE realiza a PINTEC (Pesquisa de In-

vação) - no último triênio estudado, de 2015 a 2017, a taxa de inovação foi reduzida de 36% para 33% no Brasil. É possível que 2020 modifique um pouco esses índices, já que a pandemia abriu espaço para novos editais focados em soluções de combate à pandemia. "Aqui no Paraná, tivemos uma chamada de projetos para o combate à COVID-19 em parceria com o Governo do Estado, por meio da Fundação Araucária. Dez projetos foram selecionados e receberam recursos para desenvolverem suas soluções dentro do Sistema Fiep, por meio dos Institutos Senai de Tecnologia e Inovação", destaca o gerente de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Ele cita alguns exemplos, como uma tinta antiviral, inteligência artificial para identificar aglomerações em locais públicos e pulseira de acompanhamento com geolocalização para uso dentro de fábricas.

Benefícios para as indústrias

Foi a primeira vez que a Klabin, maior produtora e exportadora de papel do Brasil, realizou um edital de inovação aberta. A chamada, promovida em 2019, fez parte do Edital de Inovação para a Indústria, na categoria Empreendedorismo Industrial. "Tivemos a oportunidade de mapear algumas dificuldades da empresa e elaborar cinco desafios para que as startups nos auxiliassem", diz Arlete Almeida, coordenadora de Processos de Gestão de Inovação da Klabin.

Por meio dos Institutos Senai de Tecnologia e Inovação, há outras frentes de desenvolvimento do relacionamento entre indústrias e startups. É o que acontece com a Furukawa, fabricante de soluções em energia elétrica, que utiliza recursos da Lei de Informática para investir em inovação. "De forma geral, as startups podem ser uma fonte de recursos especializados em campos complementares ao da empresa. Questões como o valor percebido do produto, garantia de qualidade, pós-venda, **propriedade** intelectual, são assuntos complexos e

Continuação: Os caminhos da inovação aberta nas indústrias paranaenses

demandam uma evolução gradual. A **mediação** do Sistema Fiep pode ajudar bastante", analisa Sergio Scarpin, gerente de Pesquisa & Desenvolvimento da indústria. A afirmação é compartilhada por Rafael Trevisan: "nosso papel é alavancar e potencializar a inovação nas indústrias, colocando nosso conhecimento técnico e nossas competências à dis-

posição de todo o ecossistema de inovação", encerra.

Descubra o que o Sistema Fiep tem para a sua indústria.

conteúdo de responsabilidade do anunciante

Google assina acordo de direitos autorais com seis jornais franceses

ECONOMIA

PARIS O , da Alphabet, assinou acordos de **direitos** autorais com seis jornais e revistas franceses, incluindo Le Monde e Le Figaro, informou a gigante de buscas dos Estados Unidos, em um post publicado nesta quinta-feira em seu blog.

O anúncio segue meses de batalha entre Google, editoras francesas e agências de notícias sobre como aplicar as regras de **direitos** autorais renovadas da União Europeia, que permitem que as editoras exijam uma taxa de plataformas on-line que exibem trechos de suas notícias.

Entrevista:

A maior ferramenta de busca do mundo inicialmente lutou contra a ideia de pagar aos editores pelo conteúdo, dizendo que seus sites se beneficiaram com o maior tráfego gerado pelo Google.

A declaração do Google vem um mês depois de uma decisão judicial ordenar que a empresa americana sobre o pagamento pelo uso de seu conteúdo.

Na Austrália:

Os acordos com os seis jornais franceses baseiam-se em critérios como a "contribuição da editora para informações políticas e gerais", o volume diário de publicações, o tráfego mensal de **internet** e a utilização de seu conteúdo na plataforma do Google.

A gigante da tecnologia disse que também está em negociações com outros jornais e revistas francesas nacionais e regionais, e pretende chegar a um acordo padrão com o lobby da imprensa escrita do país até o fim do ano.

:

Os acordos com jornais franceses envolvem o veículo do Google para remunerar os editores de notícias, batizado de Google News Showcase, que já tem acordos com publicações importantes na vizinha Alemanha.

Na pandemia, 99 países defendem fim de patente para vacina; Brasil é contra

JAMIL CHADE

A Organização Mundial do Comércio (OMC) retoma nesta sexta-feira as negociações sobre as patentes de vacina e tratamentos contra a covid-19. Mas um impasse entre países ricos e emergentes impede que o assunto consiga chegar a uma solução.

No total, 99 dos cerca de 160 países membros da entidade anunciaram o apoio ao projeto de suspender a aplicação de **patentes** para produtos relacionados com a covid-19. A meta é a de garantir que a propriedade intelectual não seja um obstáculo para o acesso de bilhões de pessoas pelo mundo à vacina, até que haja uma imunidade de rebanho contra o vírus no mundo. Entidades internacionais, como a OMS, saíram em apoio da ideia, além de movimentos sociais e igrejas de todo o mundo.

Mas, revertendo décadas de uma postura tradicional da diplomacia brasileira, o Itamaraty optou por se recusar a se unir ao grupo que sugere a suspensão das patentes. Nesta semana, durante a reunião de cúpula dos Brics, os líderes de África do Sul e Índia voltaram a defender a ideia. Mas o presidente Jair Bolsonaro não tocou no tema.

A coluna revelou com exclusividade em outubro a postura do Brasil diante do debate. Hoje, apenas os países ricos se recusam a aceitar a ideia de suspender patentes, temendo que a medida possa afetar suas empresas farmacêuticas. Hoje, as três grandes promessas de vacinas contra a covid-19 vêm justamente de companhias com sede na Europa ou EUA. Nas negociações para a venda de produtos, nenhuma delas abriu mão de suas patentes.

Sem patentes, a ideia é de que países poderiam ampliar a produção de genéricos ou reduzir o pagamento de royalties para essas empresas. Além disso, as condições favoráveis que estão sendo negociadas apenas são válidas por um período de pandemia. No caso do

Brasil, o acordo com a AstraZeneca revela que é a empresa quem tem o poder de declarar quando esse período de pandemia termina.

Para o Itamaraty, as regras do comércio já permitem uma flexibilidade suficiente para que, em caso de necessidade, governos solicitem a **quebra** de patentes. Nos anos 90 e início do século 21, o Brasil liderou o movimento global por um acesso mais justo ao tratamento contra a Aids.

De que lado da história estão?

Num comunicado, a entidade Médicos Sem Fronteira apelou para que a proposta de suspensão das patentes seja apoiada por todos.

Sidney Wong, diretor executivo da campanha de acesso a remédios da MSF, insistiu que a disputa na OMC é um sinal do comportamento de países e empresas. "Os governos precisam se perguntar qual lado da história querem estar quando os livros sobre esta pandemia forem escritos", disse Wong.

Para a entidade, o que chama a atenção é que nem mesmo na pior pandemia em cem anos as empresas abriram mão de patentes. Estudos têm revelado que, para o desenvolvimento das vacinas, as multinacionais contaram com injeções e subsídios de mais de US\$ 12 bilhões de governos. Agora, insistem que o produto é de propriedade privada.

"Todas as ferramentas e tecnologias de saúde COVID-19 devem ser verdadeiros bens públicos globais, livres das barreiras que as **patentes** e outras propriedades intelectuais impõem", defende Wong.

"Desde o início da pandemia, as corporações farmacêuticas têm mantido a sua prática padrão de controle rígido sobre os direitos de propriedade

Continuação: Na pandemia, 99 países defendem fim de patente para vacina; Brasil é contra

intelectual, enquanto prosseguem acordos comerciais secretos e monopolistas que excluem muitos países em desenvolvimento de beneficiarem", alertou a entidade.

Um exemplo, segundo eles, é a Gilead, que entrou numa licença bilateral restritiva para um dos únicos medicamentos que demonstrou benefícios potenciais para tratar a COVID-19, o remdesivir. O resultado foi a exclusão de quase metade da população mundial de beneficiar da concorrência dos genéricos com preços mais baixos.

Além disso, vários medicamentos novos e remédios e anticorpos monoclonais que estão sendo testados como tratamentos promissores para a COVID-19 já estão patenteados em muitos países em desenvolvimento tais como o Brasil, África do Sul, Índia, Indonésia, China e Malásia.

"E com exceção de uma empresa, nenhum dos criadores da vacina se comprometeu a tratar a propriedade intelectual de forma diferente do status quo", alerta.

Para Khosi Mavuso, representante médico da MSF na África do Sul, a abolição dos monopólios sobre as ferramentas médicas COVID-19 permitirá a colaboração global para aumentar a produção, o fornecimento e o acesso de todos.

"Com mais de 1,3 milhão de vidas já perdidas para a COVID-19, os governos não podem dar-se ao luxo de perder mais tempo à espera de movimentos voluntários por parte da indústria farmacêutica", defendeu.

Índice remissivo de assuntos

Denominação de Origem
3

Marco regulatório | INPI
3

Propriedade Industrial
3

Propriedade Intelectual
5, 7

Patentes
5, 10

Direitos Autorais
9